
Que os devaneios assombrem os territórios quilombolas

May daydreams haunt the quilombola territories

João Ricardo Batista Alves^{1*}

Received: 2023-01-03 | Accepted: 2023-02-05 | Published: 2023-02-13

RESUMO

Este trabalho consiste da disciplina Cultura, Saberes e Imaginários na Educação Amazônica em diálogo com minha dissertação de Mestrado. E nesse artigo venho dizer sobre a importância de sonhar acordado sobre os desafios enfrentados pelos quilombos em seus territórios, assim como as escolas situadas dentro dos quilombos, e a conservação das memórias desse povo pelas gerações futuras, com isso trazendo práticas educativas para esse resgate. Seguindo essa narrativa chegamos à alguns objetivos; quais os devaneios queremos para os nossos territórios quilombolas através das práticas educativas? como vem pensado o território quilombola pela comunidade através do contexto escolar? para chegarmos à uma possível razão e contra razão dos fatos a pesquisa se deu através da metodologia Materialista Dialético com enfoque Decolonial. Um dos devaneios é através da escola em comunhão com à associação dos moradores do território, legalizar essas terras junto aos órgãos competentes pois o processo é bastante demorado, e além do mais o resgate da identidade quilombola e sua ancestralidade, vem se dando de forma gradual.

Palavras-chave: Território; Quilombo; Devaneio.

ABSTRACT

This work consists of the subject Culture, Knowledge and Imaginary in Amazonian Education in dialogue with my Master's thesis. And in this article I come to say about the importance of daydreaming about the challenges faced by quilombos in their territories, as well as the schools located within the quilombos, and the conservation of the memories of these people in future generations, thereby bringing educational practices to this rescue. Following this narrative we reached some objectives; what daydreams do we want for our quilombola territories through educational practice? How has the quilombola territory been thought of by the community through the school context? in order to arrive at a possible reason and against the facts, the research was carried out through the Dialectical Materialist methodology with a Decolonial approach. One of the daydreams is through the school in communion with the association of residents of the territory, to legalize these lands with the competent bodies because the process is quite time-consuming, and in addition, the rescue of the quilombola identity and its ancestry, has been taking place gradually .

Keywords: Territory; Quilombo; Daydream.

¹ Universidade Estadual do Pará
* hiron2003@bol.com.br

INTRODUÇÃO

E nesse artigo venho dizer sobre a importância de sonhar acordado sobre os desafios enfrentados pelos quilombos em seus territórios, assim como as escolas situadas dentro dos quilombos, em especial a escola São Sebastião de Assis Gonçalves no território dos quilombos do Caldeirão no município de Salvaterra – Pará e a conservação das memórias desse povo como tradição a ser conservada pelas gerações futuras. Início esse artigo pelo título, que deve ter chamado atenção, quando foi colocado a palavra “Assobrem”, busquei no sentido de presença viva no território, se apaixonar pelos sonhos acordados, buscar sempre os objetivos e metas ideais para a comunidade escolar e quilombolas. Sabemos que todos os territórios quilombolas têm suas memórias específicas, e não toda vez é conservada essa memória para que a geração futura possa conservar e divulgar suas memórias.

Quando falamos em memória, é em virtude da ancestralidade de cada comunidade, falamos em educação no contexto rural, e com isso temos uma série de situações por onde passa esse contexto, um deles é a formação desse professor que trabalha nessa escola situada no território quilombola.

A realidade de uma escola situada na zona rural, sabemos que não é fácil. Primeiramente temos que ter uma política educacional para o meio rural, pois o meio rural ainda padece com os piores indicadores, não somente na educação, mas também em outras variáveis sociais. Apesar de políticas públicas implementadas nos últimos vinte anos, entre as quais se destacam os programas de renda mínima, a frequência escolar das crianças e as condições da escola situada no setor rural ainda é precária.

E com isso acaba comprometendo o trabalho pedagógico nessa escola, e o conhecimento vem a ser atingindo pela falta de infraestrutura e materiais pedagógicos. Pois quando temos uma escola situada num território quilombola, temos a disciplina como a educação escolar quilombola, que trabalha as memórias coletivas, os saberes, a identidade e as experiências e acima de tudo sua ancestralidade.

Como se diz **Michael Pollak** (1989) estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma

sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

O processo histórico dos quilombos foi reconhecido a partir de intensas resistências africanas ao sistema escravocrata introduzido no período colonial do Brasil. Diante disso, o termo “quilombo” não pode ser reduzido ao binômio resistência-fuga, mas compreendido na formação de territórios por grupos familiares que organizavam modos de subsistência cooperativa, com autonomia e lutas frente ao regime político imposto (CARVALHO; LIMA, 2013). A etimologia do termo “quilombo” passou por várias ressignificações, dentre eles, o primeiro conceito oficial no Brasil colônia idealizado pelo Conselho Ultramarino, definindo o quilombo como “uma habitação de negros refugiados”, em que acima de cinco escravos se apropriavam de uma área longínqua e desabitada (CADERNOS..., 2010).

O entendimento desse processo histórico e social nos dar por entender o Brasil nas grandes simetrias da história do povo negro, demarcando assim as lutas dos africanos por resistência contra o sistema daquela época, e com isso tendo um Brasil multicultural. Todavia não reduzindo o sentido de ser quilombo, mas acima de tudo fazendo parte da sociedade brasileira constituído por grupos familiares há frente de lutas ao processo político imposto.

Vejamos mais sentidos sobre o que ser quilombo.

Podemos dizer que os quilombos foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também contra a discriminação racial e o preconceito que se estenderam para além da abolição da escravatura (Silva; Nascimento, 2012, pag. 24).

Sobretudo no que respeita às comunidades negras, a fuga tendo como destino as matas intactas ainda não consumidas pelos europeus brancos consistiu em importante forma de resistência à escravização e uma das primeiras formas de constituição de territorialidade negra no Brasil. Os negros escravizados, sendo mercadorias, o antes e depois da abolição da escravatura foram marginalizados, pois se construiu uma idéia de superioridade dos brancos em cima dos negros, e com isso deixando a idéia de inferioridade para os negros na sociedade.

Constituir um quilombo, então, tornou-se um imperativo de sobrevivência, visto que a Lei Áurea os deixou abandonados à própria sorte. Desprovidos de qualquer patrimônio, largados à própria sorte, vivendo na mais absoluta miséria, os negros recusaram-se a conviver no mesmo espaço com aqueles que os considerava inferiores e não os respeitava na sua humanidade (BRASIL, 2005, p. 09). Além disso, enfrentaram resistências e preconceitos de uma sociedade que desprezava sua cultura, suas tradições e sua visão de mundo.

As terras quilombolas são um espaço coletivo ocupado e explorado por meio de regras consensuais aos diversos grupos familiares cujas relações são orientadas pela solidariedade e ajuda mútua. As terras de quilombo, portanto não se reduzem a simples somatória de lotes individuais. As comunidades remanescentes de quilombos conhecidas caracterizam-se pela prática do sistema de uso comum das suas terras. Tais territórios são concebidos como bem comum ao grupo e explorados segundo regras consensuais próprias que incluem laços solidários e de ajuda mútua e que podem variar de comunidade para comunidade. O território não é concebido pelos quilombolas como uma mercadoria que possa ser dividida e comercializada. O território é a história, a identidade, a liberdade. O local onde se nasce se vive e que permanece como herança para os descendentes. Assegurar aos quilombolas os seus territórios é garantir não somente a sua sobrevivência física, mas também a sua cultura e modo de vida próprio. Foi somente no ano de 1988 que o Estado Brasileiro reconheceu aos quilombolas direitos específicos: o direito à propriedade de suas terras consagrado na Constituição Federal. A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), consagra aos remanescentes das comunidades de quilombos o direito à propriedade de suas terras. Diz textualmente o artigo 68: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado demitir lhes os títulos respectivos.

Ainda sim os nossos territórios estão vinculados às leis didáticas para fortalecer a memória e a identidade da ancestralidade dos territórios como institucionalização da Lei Nº 10.639/2003 e da Resolução Nº 1 de 17 de Junho de 2004 que são marcos expressivos da perspectiva de igualdade de direitos, atendendo assim a demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação dos seus direitos.

Ao optar por uma escola quilombola como lócus de pesquisa, uma premissa já está dada: a escola e seus sujeitos educativos assumem a(s) identidade(s) de ser quilombola. Tal premissa contribui para o delineamento do objeto-problema de pesquisa que implica na inter-relação entre os conteúdos e práticas educativas e com isso (re)afirmando essa (re)valorização da(s) identidade(s) quilombola. Pois com isso será uma forma de reverter o preconceito e a discriminação racial no Brasil. Contudo vamos ter nosso objeto-problema; quais os devaneios queremos para os nossos territórios quilombolas através da prática educativa? e vamos ter nosso objetivo geral; analisar como vem pensado o território quilombola pela comunidade através do contexto escolar? E com isso mais adiante tentaremos clarear uma possível via para os problemas citados acima.

Os territórios quilombolas são grupo étnico-raciais, com saberes e experiências, com singularidades em suas identidades, desenvolvimento histórico próprio junto a conquista de

territórios, tudo isso, com bases de opressão e sofrimento (BRASIL, 2013). Somando tudo a isso o Programa Brasil Quilombola (PBQ) reflete que: “as comunidades remanescentes de quilombos são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade (BRASIL, 2005). Desse modo a identidade quilombola e sua auto – afirmação origina as comunidades quilombolas.

Ao falarmos em identidade, é necessário apresentar alguns sentidos sobre seu conceito no entendimento de Hall (2006), este autor apresenta três entendimentos, a primeira é a identidade do sujeito iluminismo, que está relacionado a um indivíduo que se constituía na “essência do eu” sendo unificado, racional e autossuficiente enquanto sujeito, ou seja, esse sujeito tem como sua opinião própria e unica não deixando que a sociedade interfira em suas conclusões sobre alguma coisa.

A segunda concepção é a do sujeito sociólogo, refletindo as transformações do mundo moderno, fazendo dos sujeitos, seres dependentes das relações com outros sujeitos para construir sua identidade. Diante disso, diferentemente do sujeito iluminismo o sujeito sociólogo é influenciável pelas opiniões que o rodeia (MACHADO, 2018). Na última visão deste autor, é que este trabalho se resguarda, pois, se trata do sujeito-pós-moderno, em que Hall (2006) busca definir como as identidades na pós-modernidade não são fixas, unificadas, acabadas e prontas, mas em constante processo de construção. Com isso, Hall (2006) considera que o sujeito pós-moderno está em crise, uma vez que, a partir do contato com diferentes culturas pode perder sua própria identidade cultural (HALL, 2006).

E quando falamos sobre à identidade remanescente de quilombola, estamos se referindo a identificação desse sujeito com suas tradições, culturas, partilha de saberes, experiências e valores construído ao longo da formação dessa comunidade dando a manutenção sobre sua ancestralidade.

Locus da pesquisa

O locus da pesquisa se deu na comunidade quilombola do Caldeirão situada no município de Salvaterra, Arquipélago do Marajó, no estado do Pará. A escola está situada dentro do território onde há aproximadamente 520 famílias, dados obtidos pelo presidente da comunidade o sr. Raimundo Pratique Goncalves Novaes.

A comunidade apresenta como meio de subsistência a pesca artesanal, plantações de hortaliças e de mandioca, além da extração de açaí e produção de carvão. Os aspectos culturais são apresentados pelo artesanato, atividades de curandeiros (uso de plantas medicinais), danças, músicas, celebrações religiosas, grupos de danças juninas e africanas (Encanto Quilombola), participação nos jogos tracionais quilombolas, e desfile cívico quilombola (Machado, 2018).

Conforme ALVES (2023) o quilombo de Caldeirão, foi certificado em 09/12/2010 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) com a portaria 162/2010 como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Tendo como nome atribuído: quilombo de Caldeirão (Palmares, 2022).

Logo em baixo temos a foto da entrada de acesso à comunidade remanescente de quilombos de Caldeirão.

Figura 01 – Entrada de acesso a comunidade



Fonte: registro de campo feito pelo autor.

Percebemos que a entrada para a comunidade remanescente de Quilombos do Caldeirão, é a característica idêntica de uma comunidade de pretos, onde a sua ancestralidade deixou até hoje a marca dos escravos negros fugidos e adentrando nas matas, deixando caminhos de fugas para uma vida fora da escravidão (Alves, 2023, p. 31).

A comunidade quilombola do Caldeirão sofreu algumas mudanças em seu aspecto estrutural, pois conversando com o presidente da associação dos moradores de Caldeirão, já encontramos bastantes casas, uma bem próxima da outra, devido a vinda de muitos moradores de fora que não são da comunidade, muito menos quilombolas, isso se deu devido a falta de titulação de terras reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e com isso a comunidade ficou vulnerável para outras habitações. Devido a esse fato a comunidade perde um pouco de sua característica e ameaçando sua tradição local.

Aqui temos já uma foto por dentro da comunidade remanescente quilombola do Caldeirão.

Figura 2 – Comunidade do Caldeirão por dentro



Fonte: registro de campo feito pelo autor.

Nessa imagem temos um pouco de imaginação para ver como é a comunidade por dentro, casas de alvenária no fundo, bastante arborizada, as ruas de terra batida.

A organização do texto está dividida em três seções, além desta introdução e das conclusões finais. A segunda seção apresenta a metodologia de trabalho, como o problema foi estudado, fazendo levantamentos bibliográficos, observações, andanças pelo território e conclusões nas conversas com remanescente de quilombos. Nesse artigo não foi feita uma pesquisa de campo mais minuciosa através de instrumentos da pesquisa como; questionários, entrevistas, gravações e/ou filmagens. Em seguida apresentam-se os resultados prováveis e improváveis e depois as discussões dos fatos, onde aparece um balancete geral teórico da aplicação do conhecimento.

Metodologia

Vamos analisar os fatos através do método Materialismo Dialético com enfoque decolonial. Segundo Oliveira (2006, p. 5) o princípio educativo de Marx é a união do ensino com o trabalho, assentado nos pressupostos do materialismo histórico e dialético e na constatação de uma realidade social que exclui a classe trabalhadora do processo educacional.

Quando direcionamos classe trabalhadora estamos referindo-se também os quilombolas, como pessoas de direitos, onde fazem a junção da ancestralidade com o trabalho, e com isso sonhando mais com os pés no chão de uma realidade melhor para a comunidade quilombola.

Quando damos ênfase a decolonialidade é para afugentar e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à contemporaneidade e ao capitalismo. Contudo Santos (2021) quando falamos em decolonial, temos que falar sobre o conceito de “epistemologias do sul”, e com isso delineando um universo teórico, metodológico e pedagógico que desafia o domínio do pensamento eurocêntrico.

E com isso temos que partir de conhecimentos nascidos nas lutas sociais, oriundos de experiências de povos marginalizados que resistem ativamente ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado (Santos, 2021).

As epistemologias do sul sugerida pelo autor é onde esta situado a classe dominada, as minorias, os sem vozes, os oprimidos e as epistemologias do sul representam formas de conhecimentos que geralmente são desacreditadas, sumidas e ignoradas pelas culturas dominantes do norte global. E com isso os territórios quilombolas estão representados nas

epistemologias do sul. E com isso esse artigo sirva como luta pela emancipação social, como luta contra exclusões sociais geradas pela forma atual de regulação social com o objetivo de substituí-la por uma maneira de regulação social nova e menos excludente (Santos, 2021).

Através do método vamos clarear a identidade quilombola como uma forma de combater o racismo nesse contexto que vivemos, com isso vamos analisar as relações entre grupos de indivíduos com esse processo de mudança social. Com isso tentaremos trazer como provocação os devaneios para os territórios quilombolas sendo discutido no âmbito do contexto escolar, contudo fazendo a observação dos interesses da comunidade para esse território.

Por enquanto as análises de dados foram através das pesquisas bibliográficas, com fontes mais recentes e observações bastantes empíricas feitas através das pesquisas de campo da minha dissertação de mestrado. Os devaneios devem ser o respeito pelas terras quilombolas, chegando o quanto antes a titularização dando as famílias o direito de posse e o domínio sobre a terra pelo órgão competente, o respeito pelos costumes, as sabedorias e experiências já existente, e com isso torna-se o respeito pela identidade quilombola.

A comunidade do Caldeirão sendo a mais populosa do arquipélago do Marajó, se dá através de vários contraste, uma delas foi a falta de controle de pessoas chegando até a comunidade. O presidente da Associação Ramenescente de Quilombos do Caldeirão (ARQUIC) informou que tem o projeto de mapeamento da comunidade, onde eles vão nas casas entrevistar os moradores para ver quanto tempo moram na território e com isso saber de fato se são quilombolas ou não. Com esse mapeamento eles esperam deixar de fato os verdadeiros quilombos morando no território, e aqueles que não são serem indenizados pelo Incra.

Resultados

A questão do reconhecimento do direito a propriedade do território quilombola por parte do Estado Brasileiro, essa reivindicação dos quilombos, levamos para a linguagem poética que estamos a reivindicar pelo direito de sonhar em geografia. Como Bachelard, acreditamo-nos em determinar uma fenomenologia do imaginário onde "a imaginação é colocada no seu lugar, no primeiro lugar, como princípio de excitação direta do devir psíquico.

Falar em devir implica em articular a dimensão de um não-saber (não-previsibilidade) sobre quais fatores se revelarão (ainda que se considerem as condições de uma herança arcaica) mais fortes ou mais fracos no indivíduo em seu afrontamento com as exigências e os imperativos da cultura. Esse imaginário das culturas locais deve ser uma imaginação material que recupera o mundo como provocação concreta e como resistência, a solicitar a intervenção ativa e modificadora do homem: do homem demiurgo, artesão, quilombo, manipulador, criador, fenomenotécnico, obreiro — tanto na ciência quanto na arte. E é justamente por isso que, para

Bachelard, a imaginação material, tributária principalmente da mão, tem a ver não com uma fenomenologia, mas com uma dinamologia : é jogo de forças, embate entre forças humanas e forças naturais. E dinamologia é o tipo de palavras cujo significado determina a realidade (Bachelard, 2008).

Os substantivos denominam todas as coisas: pessoas, objetos, sensações, sentimentos, por isso essa realidade que assola os territórios, uma realidade de descaso por parte do poder público, temos ter essa imaginação material onde podemos determinar um futuro melhor para a comunidade quilombola, onde os devaneios sejam lutas diárias e persistência pela comunidade quilombola. E essa mudança cria estratégias alternativas de mobilização política e de ativismo, fornecendo a comunidade quilombola os meios que lhe permitem representar o mundo como seu, nos seus próprios termos, e transforma-lo com as suas aspirações (Santos, 2021).

Hoje em dia alguns territórios quilombolas situados em Salvaterra está sendo invadida por empresas, que só pensam no lucro e com isso, devastando as terras e transformando em cinzas, fora a derrubada de árvores frutíferas que são bastante importante para o território. Outro dia lendo o relato no facebook de um amigo quilombola José Luiz Souza de Souza (2022), da comunidade Deus Ajude, onde ele diz,

(...) nós enquanto comunidade quilombola do município de Salvaterra já não sabemos mais o que fazer diante de tantas destruições feitas dentro de nosso território áreas que por anos e anos foram preservadas por nós que residimos nesses territórios hoje estão se transformando em cinzas pela ganância do poder capital, é lamentável tudo o que vemos sofrendo são lideranças quilombolas ameaçadas, territórios destruídos por emissão de licenças, desrespeitando as leis que nos amparam enquanto comunidades quilombolas. Comunidades sofrendo os primeiros impactos com o tráfego de grandes carretas e caçambas, inúmeras árvores frutíferas (bacurizeiros, tucumanzeiros, anajazeiros, e etc) destruídas e queimadas, estradas fechadas, roças de agricultores queimadas, cabeceiras de igarapés fechadas de entulhos e etc (Souza, 2022).

Percebemos o descaso por parte do poder público há não fiscalização nesses desmonte nos territórios quilombolas, onde as empresas visam o lucro, em troca da devastação sobre a natureza e com isso inviabilizando várias famílias. Penso que a educação escolar sirva como arma de conscientização pública para armar a comunidade nas ações a serem realizadas contra essas atrocidades.

A comunidade quilombola pensa em um território de igualdade á todos, com suas características próprias, onde existem pessoas empenhadas em prol da comunidade, e para a sua sustentabilidade digna. Sigamos com os devaneios para enfrentar as lutas diárias. Mais esses devaneios da comunidade quilombola passa pela prática educativa, pela uma pedagogia libertadora onde leve os alunos a um processo de adequação do conhecimento, se encontrando

na sua realidade social concreta e conscientizando-os de sua condição sócio-política, para que busquem mudanças reais (Freire, 1987).

Não sou quilombola e muito menos não moro na comunidade, apenas observo o movimento do território, ouvindo alguns moradores, passando a conviver com eles conforme suas falas, e com isso me fez motivo de escrever esse artigo, e vejo a educação como grande potencial para a transformação de uma educação libertadora, mais não é só na escola que aprendemos a educação. De acordo com Brandão:

não há uma forma única, nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (2007, p. 09).

Essa prática educativa deve se estender além dos muros da escola, pois sabemos que essa ação de ensinar não é exclusiva do professor, mais um compromisso de todos os moradores da comunidade, pois respeitamos o contexto escolar, principalmente a escola que é o antro de conhecimento formal, mais tem suas limitações por parte de investimentos, infra estrutura, apoio didático, falta de pessoal.

A prática educativa vem como reforço para a identidade quilombola, fortalecer os laços entre comunidade e escola, assim como participação efêmera na sua transição política. E a escola apesar de suas dificuldades pode ser uns dos centros de decisão e estudo da ancestralidade, do projeto de subsistência do território, a cultura afro brasileira e suas influências na comunidade, assim como o reconhecimento de suas terras pelos órgãos competentes, através de tudo isso começando pela reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola.

Quando analisamos como o território vem pensado pela comunidade, temos que levar em consideração à cultura como uma preocupação contemporânea. Uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes com suas perspectivas de futuro (Santos, 1984). Quando eu cito aqui o território pensado pela comunidade, é uma hipótese no que pode acontecer, uma tese, uma ideia inicial, seguida de uma antítese, pondo uma ideia contrária, para chegar a síntese, e com isso tendo a contradição. São observações sustentadas pelas referências, mas acima de tudo uma associação com a realidade local.

Discussão

As observações são análises empíricas, mais bastante relevante para traçar a realidade, quando leio relatos, ouço, temos uma trajetória de linha para achar qual seria uma solução para tais problemas. Quando digo sobre quais os devaneios para o território quilombola através da

ferramenta prática educativa, o debate sairia da escola inserida dentro do território, juntamente com as lideranças locais, ou locais estratégicos para tal ação.

Primeiramente à ação de empresas que causam a desordem nos territórios quilombolas deixam um rastro de destruição muito grande, não respeitando a natureza, ameaçando árvores, rios e plantações que são a sustentabilidade daquele povo que reside ali há décadas. E com isso desrespeitando sua ancestralidade, sua cultura e costumes. Os direitos que assistem os quilombolas são desrespeitados, dia a dia, como vimos nos relatos dos próprios moradores, por isso esses olhares e diálogos através desse artigo possa contribuir para que outros venham ter a pequena ciência do que se trata nos territórios quilombolas.

Conforme o Programa Brasil Quilombola as condições de vida das comunidades quilombolas as inscrevem no rol dos grupos sociais mais vulneráveis e que necessitam de urgentes medidas para sua inclusão social, uma vez que estão absolutamente carentes de políticas públicas que as tratem respeitosamente e com vistas a fazer valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social, voltadas para os remanescentes de quilombos devem considerar medidas e ações que os preparem para uma nova condição econômica e social e auto-sustentável, na qual possam caminhar com suas próprias forças, condições e potencialidades, o que lhes possibilitara a construção de um novo espaço na sociedade brasileira (Brasil, 2022).

Tem que haver o fortalecimento da participação política da comunidade quilombola mediante apoio à realização de seminários, encontros, convenções, para pautar os direitos quilombolas e as políticas públicas para implementar a comunidade quilombola do caldeirão. E forma de valorizar a cultura e costume da comunidade, e dentro do território existe o projeto de exposição fotográfica dos antigos da comunidade, esse projeto é de grande importância para a preservação da ancestralidade da comunidade.

Aqui temos uma imagem da participação política da comunidade quilombola do caldeirão.

Figura 3 – Reunião no barracão da comunidade



Fonte: registro de campo feito pelo autor.

Nessa imagem foi realizada a posse do presidente da associação da comunidade remanescente quilombola do Caldeirão. Onde foi escolhido como presidente o senhor Raimundo Patrique Gonçalves Novaes, e ainda foi empossado a vice presidenta e a mesa diretora.

Conclusão

Quando me refiro aos devaneios que assombrem os territórios é no sentido metafórico, em sonhar acordado mais com os pés no chão, pois as lutas são diárias, e de lá que sai as conquistas. Sabemos que vivemos num mundo capitalista, onde a cada dia esse mundo é sufocado pela exaustão do progresso e desenvolvimento, e com isso desrespeitando os territórios e suas histórias de vida, e acima de tudo esse mundo que se chama mãe terra. Como se diz Gratão (2018) à luz resplandecente desta perspectiva impulsiona-nos ao enlevo de sonhar e o prazer de ensinar e aprender à luz de Bachelard, essa luz que é um viés para as atuais e novas lutas que viram, pois esta luz noturna compõe-se este resumo pedagógico (en)levado ao voo da imaginação. Um voo que conduz à liberdade e, nessa liberdade, o pleno direito de sonhar. Bachelard, o filósofo-sonhador (en)leva-nos ao campo encantado da educação e de lutas diárias nos territórios.

Ainda com Gratão (2018, p. 01) uma educação projetada à vista de uma escola com direito a sonhar, juntamente nos territórios onde esta situada a escola. Uma escola com espaço de “fazer sonhar”. Uma escola de sonhos! Esse é o propósito - sonho sonhado! Que esse sonho enleve os encantados com o campo da educação, destinação deste artigo pela fenomenologia bachelardiana. Bachelard mostra que devemos imaginar lutando contra a realidade atual que não devemos nos calar das opressões da dominação do mundo capitalista e egocêntrica dos homens sem alma, sem sentimentos e humildade dos oprimidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Ricardo Batista. **Avanços e limites do currículo implementado em escolar quilobola no Marajó: reconhecimento e a afirmação de território quilombola?**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Pará. Soure – Pa. 2023.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade**. Livraria Martins Fontes, São Paulo, 2008.

BACHELARD, G. **O direito de sonhar**. Tradução: J. Américo Motta Pessanha. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense. Coleção primeiros passos. 49ª reimp. 2007.

BARBOSA, E. ; BULCÃO, M. Bachelard - **pedagogia da razão, pedagogia da imaginação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF, 2005.

files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/Programa_Brasil_Quilombola_2005.pdf. Acesso em: 21 jan. 2023.

Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

CADERNOS de debates nova cartografia social: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto nova cartografia social da Amazônia, 2010. v.1. Disponível em: http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro_territorios_quilombolas_conflitos.pdf. Acesso em: 21 jan. 2023.

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação no Brasil: uma análise histórica**. *Revista de Ciências Sociais*, Paraíba, n. 39, p. 329-346, out. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/12745/9962>. Acesso em 21 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. Ed. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1987.
GRATÃO, Lúcia Helena Batista. **Ao voo da imaginação o enlevo de sonhar e o prazer de ensinar e aprender à luz de Bachelard**. *Revista de Pós – Graduação em Educação – Universidade Federal de Jataí*. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/53749>. Acesso em: 02, dezembro de 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Filosofia da educação: reflexões e debates** / Ivanilde Apoluceno de Oliveira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio, Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul** / Boaventura de Sousa Santos. – 1 ed.; 2. Reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. Coleção primeiros passos. 2ª edição. 1984.

SOUZA, José Luiz Souza de. **Texto sobre o território quilombola**. Pará, 22 de dez. 2022. Facebook: Deco Souza. Disponível em: <https://www.facebook.com/deco.quilombola>. Acesso em: 22 de dez. 2022.

SILVA, Simone Rezende da; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. **Negros e territories quilombolas no Brasil**. *Revista Marília*, São Paulo, p. 23-37, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/2339/1962>. Acesso em 21 jan. 2023.

MACHADO, Criscia Thaianne da Silva. **Educação escolar quilombola: o fortalecimento da identidade de alunos da comunidade Caldeirão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade do Estado do Pará, Salvaterra – PA, 2018.